

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 887.082 BAHIA

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S)	: ESTADO DA BAHIA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
AGDO.(A/S)	: SEVERINO ANDRE VAZ DA SILVA
ADV.(A/S)	: ERIANE SOARES SANTOS E OUTRO(A/S)

EMENTA: AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. PRESCRIÇÃO. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE NORMA INFRACONSTITUCIONAL E DO REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 279/STF. AGRADO REGIMENTAL DESPROVIDO.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

LUIZ FUX – Relator

Documento assinado digitalmente

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 887.082 BAHIA

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S)	: ESTADO DA BAHIA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
AGDO.(A/S)	: SEVERINO ANDRE VAZ DA SILVA
ADV.(A/S)	: ERIANE SOARES SANTOS E OUTRO(A/S)

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Trata-se de agravo regimental interposto pelo ESTADO DA BAHIA contra decisão que prolatei, assim ementada, *verbis*:

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. FALTA COMETIDA. PRESCRIÇÃO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 279 DO STF. REPERCUSSÃO GERAL NÃO EXAMINADA EM FACE DE OUTROS FUNDAMENTOS QUE OBSTAM A ADMISSÃO DO APELO EXTREMO. AGRAVO DESPROVIDO.”

Inconformado com a decisão supra, o agravante interpõe o presente recurso, alegando, em síntese:

“2. – Ao analisar o recurso, Vossa Excelência entendeu que haveria necessidade de reexame de questões, o que seria inviável em sede recursal extraordinária à luz da Súmula 279/STF.

3. – No entanto, data venia, o entendimento não merece prosperar. A matéria fática delineada pelo acórdão recorrido não precisa ser revisitada muito menos reavaliada. Isso porque é perfeitamente possível interpretar e aplicar os artigos 5º, incisos LIV e LV da Constituição Federal à luz do arcabouço fático estabelecido pelo

ARE 887082 AGR / BA

acórdão a quo.

4. - Em primeiro lugar, tem-se por incontroverso que o processo disciplinar não ficou parado mas teve sua marcha prolongada justamente em virtude de diligências e práticas que visavam garantir a ampla defesa do investigado.

5. - Com efeito, ao contrário do que é afirmado na decisão agravada, é inaplicável a Sumula 279/STF, eis que, como cotejado de forma analítica acima, a questão é de direito, relativa à possibilidade ou não de decretar-se a prescrição, não estando o C. STF vinculado à conclusão jurídica do acórdão recorrido no sentido do desrespeito às regras de classificação.

6. - Portanto, nada impede que o recurso extraordinário seja processado para que se examine a situação fática delineada para dela extrair sua conclusão jurídica. E isso não se confunde com o mero reexame dos fatos, tal qual vedado pela Súmula 279/STF.” (Fls. 2-3 do doc. 4).

É o relatório.

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 887.082 BAHIA

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): A presente irresignação não merece prosperar.

Em que pesem os argumentos expendidos no agravo, resta evidenciado das razões recursais que o agravante não trouxe nenhum argumento capaz de infirmar a decisão hostilizada, razão pela qual deve ela ser mantida, por seus próprios fundamentos.

Consoante afirmado na decisão agravada, o Tribunal de origem resolveu a controvérsia relativa à prescrição com fundamento na norma infraconstitucional de regência (Lei Estadual nº 6.677/1994) e no conjunto fático-probatório constante dos autos.

Destaco passagem ilustrativa do acórdão recorrido:

“No caso sub judice, o Impetrante afirmou que o ato indigitado coator consistiu na aplicação da pena disciplinar de suspensão de 5 (cinco) dias, com o respectivo desconto em folha, em decorrência do processo de sindicância, instaurado mediante Portaria n. 006/2004, fls. 12/173, para apuração da prática de infração disciplinar.

Tratam-se os autos, então, simplesmente, de matéria que versa sobre a prescrição da sanção administrativa imputada.

Com relação a esse assunto, o artigo 203 da Lei 6.677/94, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Bahia.

‘Art. 203 - A ação disciplinar prescreverá:

I - em 5 (cinco) anos, quanto às inflações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

II - em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

§ 1º - O prazo de prescrição começa a correr na data em

ARE 887082 AGR / BA

que o fato se tornou conhecido.

§ 2º - Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º - A abertura de sindicância ou a instauração do processo disciplinar interrompe a prescrição até a decisão final proferida por autoridade competente.'

A prescrição estaria assim, conforme parecer da douta Procuradoria de Justiça, fl. 248, 'ilimitadamente interrompida, até que fosse proferida a decisão administrativa'.

O que, conforme apontado pelo magistrado a quo, feriria os princípios norteadores da Administração Pública, pois, infere-se que não poderia estar o indiciado sujeito a morosidade da Administração Pública em decidir, devendo, portanto, ser contado um prazo de 140 dias para o reinício da contagem para a incidência da prescrição.

[...]

Dessa forma, e na esteira do parecer da Procuradoria de Justiça, entende-se que não poderia a Administração Pública ter punido o servidor público passados mais de três anos do acontecimento do fato. A instauração da sindicância ocorreu em 12.01.2005 e somente em 15.06.2008 foi aplicada a pena disciplinar." (Fls. 277-279).

Assim, para se chegar a conclusão contrária à adotada pelo acórdão recorrido seria necessária a análise da legislação infraconstitucional local pertinente, o que atrai a incidência da Súmula nº 280 desta Corte.

Demais disso, não se revela cognoscível, em sede de recurso extraordinário, a insurgência que tem como escopo o incursiamento no contexto fático-probatório engendrado nos autos, porquanto referida pretensão não se amolda à estreita via do apelo extremo, cujo conteúdo se restringe à fundamentação vinculada de discussão eminentemente de direito, face ao óbice erigido pela Súmula nº 279/STF de seguinte teor, *verbis*: “Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário”.

Nesse sentido, aliás, é a jurisprudência desta Corte, como se infere

ARE 887082 AGR / BA

dos seguintes julgados:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. PRESCRIÇÃO. INDENIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE QUESTÃO CONSTITUCIONAL. SÚMULA 279/STF. Hipótese em que, para dissentir da conclusão firmada pelo Tribunal de origem, seria necessário analisar a legislação infraconstitucional aplicada ao caso, assim como reexaminar os fatos e provas constantes dos autos, o que é vedado em recurso extraordinário. Incidência da Súmula 279/STF. Agravo regimental a que se nega provimento." (ARE 698.614-AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe de 10/2/2015).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. FALTA DE DEFESA TÉCNICA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SÚMULA VINCULANTE 5. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ADMINISTRATIVA. EXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 279. ANÁLISE DA LEI 8.112/1990. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I – A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição. Súmula Vinculante 5. II – O exame da ocorrência de prescrição da pretensão punitiva administrativa demanda o reexame de fatos e provas, bem como a análise de matéria infraconstitucional. III – Agravo regimental a que se nega provimento." (RE 780.486-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe de 1/7/2014).

"DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. MILITAR. DEMISSÃO. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA.

ARE 887082 AGR / BA

ANÁLISE DA OCORRÊNCIA DE EVENTUAL AFRONTA AOS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS INVOCADOS NO APELO EXTREMO DEPENDE DA REELABORAÇÃO DA MOLDURA FÁTICA CONSTANTE DO ACÓRDÃO RECORRIDO. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 30.11.2011. Inexiste violação do artigo 93, IX, da Constituição Federal de 1988. Na compreensão desta Suprema Corte, o texto constitucional exige que o órgão jurisdicional explicita as razões de seu convencimento, sem necessidade, contudo, do exame detalhado de cada argumento esgrimido pelas partes. Precedentes. Divergir do entendimento do Tribunal a quo acerca da legalidade do procedimento administrativo disciplinar que resultou na demissão do agravante e pela inocorrência da prescrição da pretensão punitiva da Administração demandaria a análise da legislação infraconstitucional aplicável à espécie, bem como a reelaboração da moldura fática delineada na origem, inviável em sede recursal extraordinária. Aplicação do óbice da Súmula 279/STF. Precedentes. Agravo regimental conhecido e não provido.” (ARE 679.731-AgR, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, DJe de 4/12/2013).

*Ex positis, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo regimental.*

É como voto.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 887.082

PROCED. : BAHIA

RELATOR : MIN. LUIZ FUX

AGTE.(S) : ESTADO DA BAHIA

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA

AGDO.(A/S) : SEVERINO ANDRE VAZ DA SILVA

ADV.(A/S) : ERIANE SOARES SANTOS E OUTRO(A/S)

Decisão: A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 29.9.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odin Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma